

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Faculdade de Ciências Humanas  
Curso de Filosofia – Licenciatura**

**Davi Molina Mendes**

**A redução das ações humanas a um signo individual: as interpretações de Hector Benoit e  
Friedrich Nietzsche**

**Campo Grande – MS  
2024**

**Davi Molina Mendes**

**A redução das ações humanas a um signo individual: as interpretações de Hector Benoit e Friedrich Nietzsche**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para graduação no Curso de Licenciatura em Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Andre Koutchin de Almeida

**Campo Grande – MS  
2024**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Andre Koutchin de Almeida (Orientador)

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

---

Prof. Dr. Ronaldo Amaral

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

---

Prof. Dr. Pedro Damasceno Uchôas

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a todos que têm curiosidade em redescobrir nosso passado a fim de entender a instrumentalização de domínio que moldou a história. Que o estudo desse passado nos revele as forças sociais que sempre estiveram em movimento, buscando inspirar uma emancipação coletiva.

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso minha gratidão à Gabriela Vieira, cujo tempo, trabalho e compreensão foram dispostos para que eu pudesse dedicar meu pouco tempo excedente à filosofia, possibilitando e auxiliando a superação dos desafios na trajetória de realização deste trabalho. Sou igualmente grato a meu amigo e orientador Andre Koutchin, cuja orientação e diálogo me ajudaram a entender a importância do trabalho em locais antes encobertos e a relevância de perceber a filosofia como uma produção material humana. Agradeço a todos os professores Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que, com suas ações, proporcionaram, até mesmo de forma involuntária, uma lição. Agradeço aos demais amigos, cuja companhia e apoio foram essenciais ao longo dessa jornada, demonstrando que o saber se multiplica quando compartilhado.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo buscar compreender as reduções narrativas dos movimentos coletivos, que são orientadas por abordagens que destacam apenas os seus principais líderes individuais. Para tanto, analisaremos inicialmente, através da obra *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*, de autoria de Hector Benoit, como se deu a tradição interpretativa transferida dos mais variados filósofos em uma redução monolítica na figura de Platão, uma vez que estas possuem em sua origem uma multiplicidade de vozes, mas que acabam por ser aglutinadas em uma voz uníssona constituída pela criação de um signo proprietário do discurso. Após esta análise inicial, em que dezenas de personagens históricos e reais são reduzidos apenas a Platão, tentaremos analisar o texto *O Anticristo*, de Friedrich Nietzsche, para avaliarmos como tal processo de redução ocorre também através da construção interpretativa de Paulo, que reduziu a busca de emancipação do povo judaico em relação ao Império Romano, a um signo sacrificial construído na redução dos diversos movimentos de insurreição, em um objeto único. Nesse sentido, Paulo tornar-se-ia o protagonista e o proprietário de uma mensagem construída coletivamente através dos vários relatos póstumos do signo por ele utilizado. Nietzsche apontará Paulo como porta-voz desses interesses de poder ao consagrar a figura transcendental de Cristo.

**Palavras-chave:** Platão; metodologia imanentista; Nietzsche; *O Anticristo*; Paulo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1 O MÉTODO IMANENTISTA DE HECTOR BENOIT.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 A Poética do Logos.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 A respeito da léxis.....</b>	<b>13</b>
<b>2 O ANTICRISTO DE FRIEDRICH NIETZSCHE.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 O espírito sacerdotal do filósofo alemão.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 O papel das religiões: as diferenças entre o budismo e o cristianismo.....</b>	<b>21</b>
<b>2.3 A exegese nietzschiana sobre o cristianismo.....</b>	<b>23</b>
<b>3 A REDUÇÃO DAS AÇÕES HUMANAS A UM SIGNO INDIVIDUAL.....</b>	<b>29</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>

## INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso buscaremos compreender como se orienta a interpretação dos signos dos personagens históricos Platão e Paulo, autores estabelecidos como principais em duas culturas distintas - grega e judaica -, ambas com ampla influência nos movimentos filosóficos e culturais estabelecidos posteriormente no Ocidente. Através do resultado adquirido por Hector Benoit através de sua metodologia imanentista, apresentada na obra *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*, tentaremos compreender como se consolida uma tradição exegética de interpretação de movimentos que à primeira vista não são originados em apenas uma voz, mas que ao passar do tempo, tornam-se propriedade de um autor por meio de interpretações reducionistas. Nessa direção, Friedrich Nietzsche irá apontar, em *O Anticristo*, uma subversão e uma nova orientação do discurso histórico da emancipação judaica, para a construção de uma emancipação em uma outra vida.

— Em Paulo se incorpora o tipo contrário ao “portador da boa nova”, o gênio em matéria de ódio, na visão do ódio, na implacável lógica do ódio. O que não sacrificou ao ódio esse “disangelista”! Antes de tudo o Redentor: ele o pregou à sua cruz. A vida, o exemplo, a doutrina, a morte, o sentido e o direito de todo o evangelho — nada mais restou, quando esse falsário inspirado pelo ódio percebeu o que apenas ele podia necessitar. Não a realidade, não a verdade histórica!... E mais uma vez o instinto sacerdotal do judeu perpetrou o mesmo enorme crime contra a história — simplesmente riscou o ontem, o anteontem do cristianismo, inventando para si uma história do cristianismo inicial. Mais ainda: falseou a história de Israel mais uma vez, para que ela aparecesse como pré-história do seu ato: todos os profetas falaram do seu “Redentor”... Depois a Igreja falseou até a história da humanidade, tornando-a pré-história do cristianismo... O tipo do Redentor, a doutrina, a prática, a morte, o sentido da morte, até mesmo o após a morte — nada permaneceu intacto, nada permaneceu próximo da realidade. Paulo simplesmente deslocou o centro de gravidade de toda aquela existência para trás dessa existência — na mentira do Jesus “ressuscitado”. (NIETZSCHE, 2007, p. 48)

Assim, a execução sumária do estado ganha uma proporção no apóstolo Paulo (um antigo aliado e perseguidor a mando do Império Romano); uma nova camada de ação na perseguição dos dissidentes: a validação do martírio. Não haverá mais por que os judeus busquem sua emancipação das mãos do Império Romano, basta agora uma aceitação de Jesus como um libertador pela morte, uma liberdade em outro estado de existência, um abandono completo da busca da emancipação em vida, embaixo do signo da morte que já tinha sido efetuada, e que agora precisava ser naturalizada, não apenas admitida, mas querida pelos demais perseguidos do séquito rebelde entre os judeus, que não aceitavam o domínio romano.



a doutrina da morte como uma morte sacrificial, a doutrina da ressurreição, com a qual é escamoteado o conceito de “beatitude”, a única realidade do evangelho — em prol de um estado posterior à morte!... Com a insolência rabínica que sempre o caracteriza, Paulo racionalizou esta concepção, esta obscenidade de concepção, da seguinte forma: “se Cristo não ressuscitou de entre os mortos, é vã a nossa fé” [1Coríntios, 15, 14]. — E de uma só vez o evangelho se tornou a mais desprezível das promessas não realizáveis, a desavergonhada doutrina da imortalidade pessoal... (NIETZSCHE, 2007, p. 47)

Tentar compreender de que maneira uma narrativa coletiva, como os escritos que iniciam a tradição cristã, é posteriormente substituída por obras de apenas um autor, Paulo<sup>1</sup>, mesmo que tão pouco possíveis de serem alinhadas em uma única descrição *léxica*, dado o fruto de um ajuntamento coletivo em uma tentativa de se preservar a memória cultural desse possível messias, que no caso da cultura judaica seria a espera de uma liderança política para os governar e os emancipar da dominação estrangeira, é, portanto, o que se coloca em questão. Os alinhamentos das quatro obras que contam a jornada do personagem Jesus como algo único, ou de propriedade apenas de um autor, seria de uma construção narrativa impossível caso não houvesse aparecido Paulo e suas cartas autorais.

Pois a verdade daquilo que os evangelistas dizem estar inevitavelmente vinculada à realidade histórica daquilo que narram. A tentativa de costurar essa realidade histórica - a vida e o ministério de Jesus de Nazaré - é ao mesmo tempo necessária e significativa. mas será que isso é realmente possível? Uma barreira importante a essa empreitada são as muitas passagens em que os evangelhos parecem sempre se contradizer em relação aos detalhes históricos. Os textos mais problemáticos têm sido objeto de muitas interpretações harmonizadoras, que vão desde as mais ridículas até as mais convincentes. Toda a nossa maneira de ver esse assunto dependerá em grande parte daquilo que pensarmos acerca da exatidão dos evangelistas em geral. Quanto mais nos impressionamos com a exatidão deles - como é o caso dos autores desta obra - mais procuraremos explicações satisfatórias. Existem, contudo, alguns trechos em que não há respostas totalmente satisfatórias. Em tais casos, conforme Lutero mesmo disse, é melhor simplesmente deixar a passagem de lado e não impor significados improváveis ao texto. (CARSON, 1997, p. 61)

São essas lacunas que nos chamam a atenção, pois são elas que demonstram o caráter coletivo dos relatos, o não encontro das narrativas distintas sobre um mesmo personagem sustenta a coletividade na tentativa de salvaguardar essa história que em seu tema central carrega a busca da emancipação do povo judeu através de seu messias, Jesus. Examinaremos como esse processo de redução dos movimentos coletivos das populações que promoveram ações de ruptura alçando os personagens Sócrates e Jesus a um ponto de fricção contra as autoridades dominantes, representados em ambos personagens executados por acusações de fomentar revoltas contra o estado, são

---

<sup>1</sup> Há uma disputa inicial nesses primeiros anos do que viria a ser o cristianismo, e a queda de braço, vencida por Paulo, deixa claro que ele tinha poder argumentativo sobre os demais pensadores dessa igreja ainda embrionária (VEIGA, 2022).

posteriormente esvaziadas narrativamente ou deslocadas para outra autoria, fazendo que a busca filosófica primeiramente orientada para uma busca de emancipação comum, perca seu conteúdo temático devido a tal transferência de interpretação dos signos, mas que são narrativamente reduzidas através da construção de um signo único. Como mencionamos, tal comparação pode ser observada em Hector Benoit, na obra *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*, que tem como busca desvelar o processo de fragmentação dos *Diálogos* em distintas narrativas não necessariamente correlatas, o que resultou na consolidação da tradição filosófica de os observar fragmentados e reduzidos a dogmas de uma única autoria: Platão. Esta narrativa fragmentada, conseqüentemente, resulta em uma perda da relevância das partes e das ações coletivas que marcam o passar do tempo. Dezenas de personagens, cenas e teorias históricas e reais são, assim, reduzidas à doutrina de um só autor:

portanto, se podemos perceber nos comentários proclianos ainda vestígios de trechos textuais dos *Diálogos*, sem dúvida, estes vestígios aparecem, em grande parte, totalmente transmutados pela interpretação alegórico-teúrgica. Nota-se, sobretudo, que, nesta interpretação, mito e *logos* não se separam mais e se confundem em total continuidade, ao contrário do que ocorre nos *Diálogos*, onde o *logos*, apesar de se apoiar no mito, jamais perde a hegemonia. Ao lermos os comentários de Proclus aos próprios *Diálogos* de Platão, portanto, reencontramos a mesma fantasiosa interpretação alegórica aplicada a Homero. Foi somente assim, aliás, por esse método alegórico de exegese, que se desenvolveu, no interior do neo-platonismo, toda a metafísica transcendente centrada na ideia de Um-Bem... Não teríamos aqui, talvez, em tais leituras neoplatônicas de Proclus e de seus antecessores as verdadeiras origens da interpretação do Platão criador da "metafísica ocidental"? Daquele que criou o "mundo supra-sensível" e as diversas fórmulas da transcendência filosófica futura? Para chegar a este resultado, no entanto, não se teria soterrado alegoricamente o texto platônico originário? Quantas camadas de hermenêutica neoplatônica não teriam sido sobrepostas ao texto platônico originário? Talvez um grande trabalho arqueológico seja ainda necessário para vislumbrar novamente o texto platônico originário e, sobretudo, interpretá-lo fora do âmbito do neoplatonismo. (BENOIT, 2015, p. 79 - 80).

Sendo assim, este trabalho buscará entender se há uma correlação interpretativa entre tais mitos e personagens, para que seu conteúdo temático de rebelião ao estado de poder fosse ocultado ao longo de uma hermenêutica sedimentada pelo tempo, resultante da diluição dos movimentos coletivos de suas épocas utilizando esses autores como autoridades proprietárias de sentido, orientando a construção simbólica aglutinadora na individualidade de seus personagens, Sócrates e Jesus, apagando assim há multiplicidade de vozes insatisfeitas nos contextos em que eles ocupam, e portanto foram delegados como líderes revoltosos pelos seus desafetos sistêmico dos quais obtiveram vitória através da força, mas que posteriormente, não conseguiram acalmar aqueles que estavam sob seu julgo, que continuavam propagando mensagens de insurgência, até então que se forme a figura revestida de autoridade instituída pelo proprietário na figura do autor, sedimentados pela tradição

exegética posterior nas autorias de Platão e Paulo<sup>2</sup>, as quais tornam possíveis uma aglutinação de sentido através da autoridade dadas a eles pela tradição posterior historicamente. Tradição essa consolidada pelos sacerdotes, como apontado por Friedrich Nietzsche, no caso de Jesus e Paulo, mas curiosamente não percebida por ele ao designar Sócrates como Platão.

---

<sup>2</sup> Mais do que seguidor do cristianismo, Paulo tornou-se um protagonista da evangelização. Fundou comunidades, com as quais mantinha contato frequente por cartas, e sistematizou os ensinamentos de Jesus de forma a consolidar, além de uma doutrina, uma religião (VEIGA, 2022).

## 1. O MÉTODO IMANENTISTA DE HECTOR BENOIT

### 1.1 A Poética do Logos

O método imanentista apresentada por Hector Benoit em sua obra *Platão e as temporalidades: a questão metodológica* propõe uma observação da poética como forma não apenas mitológica de conhecimento, mas como algo pelo qual se estabelece os fundamentos do que é chamada de Filosofia Ocidental através dos *Diálogos* escritos por Platão, mas que devido a uma tentativa continuada de se desvencilhar de tal formato “decaído”, produziu-se uma aglutinação dos personagens históricos e reais da obra de Platão, reduzindo-os há uma errônea imagem única de proprietário de uma doutrina.

Heidegger, no seu livro intitulado *Nietzsche*, o qual se constitui a partir das lições pronunciadas pelo filósofo nos cursos ministrados entre 1936 e 1940 na Universidade de Fribourg, assim como nas digressões escritas entre 1940 e 1946, afirma: "Já que toda filosofia efetiva, isto é, toda grande filosofia, é em si conceitualmente poética (*in sich denkerisch-dichterisch ist*), a distinção entre 'poético' e 'teórico' em nada serve para diferenciar as anotações filosóficas. (BENOIT, 2015, p. 27).

Aqui não tentaremos sobrepujar uma ideia de niilismo histórico da filosofia, remetendo toda sua produção à tentativa de torná-la suportável, mas lidaremos com o apontamento de Benoit para a contraditória utilização dos *Diálogos* de Platão, como uma produção inteiramente destinta da poesia, que não é sustentável ao olharmos para os *Diálogos* com nossos próprios olhos, a partir de sua léxis (“ação de dizer”, ou mesmo exposição) imanente.

Lendo com atenção esses enunciados de Heidegger, e descartando que estes teriam sido impulsionados pelo niilismo de uma época do mundo, estaríamos, portanto, diante de uma questão metodológica fundamental que perpassaria toda a história da filosofia do Ocidente, desde o seu começo com Platão até a época contemporânea: qual seria afinal, propriamente, a relação e o estatuto essencial do discurso filosófico com a poesia? Mais particularmente, qual seria esse estatuto essencial da filosofia e da poesia a partir do logos de Platão. (BENOIT, 2015, p. 28 - 29).

Sabemos que em sua juventude, Platão teria sido um poeta. E que após conhecer Sócrates teria então, ao se tornar seu discípulo, queimado seus versos poéticos e aderido ao ascetismo, antagonizado com Homero e Hesíodo e os colocando para fora da “cidade justa”. Tal processo fora descrito em diferentes relatos e lendas, que narram o ato de Platão lançar ao fogo seus antigos escritos que continham à macula da imitação, tão criticada por seu mestre Sócrates. Apesar de toda discussão no campo teórico em relação à qual nível seria a repulsa de Platão ao expulsar os poetas da “cidade justa”, idealizada por Sócrates no diálogo *A República*, o que Benoit nos fará observar é o conteúdo contraditório transportado não apenas no interior do diálogo em questão, mas o paradoxo que teria internamente na tentativa de destruição da poesia em detrimento da filosofia através do ato da produção dos *Diálogos*.

Na verdade, que são eles, senão obras filosóficas, mas também, estéticas e dramáticas? E, assim, em certo sentido, obras conceitualmente poéticas? Que são eles, os *Diálogos*, senão trama sensível de palavras opostas que estão bastante distantes do monólogo filosófico ocidental? Sem dúvida, os *Diálogos* de Platão são um tecido conceitualmente poético composto por múltiplos discursos, muito além da expressão linear de qualquer pensador unívoco. (BENOIT, 2015, p. 33).

A impossibilidade de encontrarmos dentro dos *Diálogos* um texto que se dirija diretamente ao leitor, ou que possua uma única voz que afirma a propriedade de um sujeito que possui um discurso, estabelece, em evidência que os *Diálogos* produzem um conteúdo dramático, ao qual é possível encontrarmos, um ouvinte até mesmo nos diálogos que são ditos como narrativos, que resulta em podermos sim apreendê-los como um drama.

Tomemos, por exemplo, o *Protágoras*, que é considerado "puramente narrativo". O diálogo começa, na verdade, sem nenhuma introdução, com um personagem anônimo, designado como "amigo de Sócrates" e que pergunta de onde veio Sócrates. Este personagem anônimo ainda toma a palavra algumas vezes. A obra começa, portanto, com um diálogo direto entre Sócrates e este personagem, até que Sócrates começa a narrar para o seu amigo o encontro que teve com Protágoras. Mas, mesmo este encontro, antes de ser narrado, é precedido por múltiplas outras mediações dialógicas. Assim, Sócrates torna-se narrador já no interior de uma cena claramente dramática. (BENOIT, 2015, p. 24).

Se seguirmos o conselho de Benoit, e olharmos para os *Diálogos* com nossos próprios olhos, sem o "auxílio" de certa tradição interpretativa, iremos encontrar sempre um cenário em que os personagens e suas interações compõem o que necessariamente estrutura uma cena dramática. Sendo assim não há um só discurso sendo elaborado ao longo dos textos em que nos daria materialmente um resultado ao final deles, em que não poderíamos sustentar de alguma forma uma sentença que iniciáramos com "Platão disse" de forma genérica para todo conteúdo que está narrado no interior dos diálogos. Este resultado da pesquisa de Benoit é o que iremos utilizar como fundamento de nosso trabalho, mas primeiro continuaremos demonstrando como Benoit desenvolve seu método.

## 1.2 A respeito da léxis

Hector Benoit irá apontar que a leitura neo-platônica legada pela tradição filosófica ocidental dada, sobretudo pela leitura de Proclus, tem uma elasticidade interpretativa que estaria para além dos *Diálogos*, e que de certa maneira delegou nessa tradição o equívoco de denominar doutrinas à figura de Platão, mesmo que no interior dos *Diálogos* seja apontado o personagem que está articulando as ideias e os argumentos necessários para a defesa de sua tese.

investigaremos onde estaria Platão no interior dos seus próprios *Diálogos* e veremos que, apesar de uma longa tradição atribuída a Platão, uma série de afirmações, um pensamento e uma doutrina extensamente desenvolvida, repleta de ensinamentos, quando observamos mais uma vez o próprio texto como os nossos próprios olhos, percebemos que não é tão fácil descobrir o pensamento de Platão no interior de sua própria obra e, percebemos também como

deveríamos refletir muitas vezes ao afirmar tantas vezes: “Platão disse...” (BENOIT, 2015, p. 23 - 24).

Tal tradição pode ter incorrido no erro de não apreender os *Diálogos* em si e por si mesmos e, ao observar essa lacuna, Benoit nos entrega uma ferramenta metodológica que não poderemos utilizar integralmente em nosso trabalho, pois não analisaremos o que seria a fonte originária do nosso personagem judaico, Jesus, o que talvez seja necessário ser feito em uma futura pesquisa, mas poderemos utilizar o resultado da pesquisa de Benoit como um ponto de partida e um norteador, para vermos se há uma correlação na aglutinação das variadas vozes, em um símbolo único delegado pela tradição. Contudo, primeiro iremos compreender sobre o que trata a metodologia imanentista que nos evidenciou o equívoco que também veremos Friedrich Nietzsche cometer, ao atribuir discursos de Sócrates como sendo de Platão.

A metodologia imanentista postula que para uma adequada absorção do logos é preciso que seja compreendida a sua forma de expressão através da léxis, respeitando seu todo expositivo apresentado pelo autor, determinando três outras temporalidades decorrentes da léxis e que devem ser respeitadas ao lermos uma obra para apreendermos a léxis em sua totalidade.

a temporalidade da *lexis* [ação de dizer] se articula com três outras temporalidades: a temporalidade que chamamos de *nóesis* (ação de pensar) e com as outras temporalidades agora claramente diferenciadas, aquela da *gênesis* - que é constituída por todo o movimento histórico que está contido no interior da própria temporalidade da *lexis* (a história da Grécia, de Atenas, a história do pensamento grego, as histórias pessoais dos múltiplos personagens reais que são citados e que participam ativamente dos *Diálogos*), e a temporalidade que chamamos de *poíesis*, ou seja, o ato mesmo de produzir os *Diálogos*, de escrevê-los e reescrevê-los, de os montar e de os desmontar, montando-os novamente de outra forma - esta temporalidade se aproxima daquela que vulgarmente é chamada de "cronologia da obra" (BENOIT, 2015, p. 24).

Em mãos das quatro temporalidades: léxis, nóesis, gênesis e poíesis, Benoit não apenas descobre uma metodologia para a leitura dos *Diálogos*, mas nos apresenta como resultado uma descoberta importante para nosso trabalho, o desvelamento para que possamos reconhecer e aceitarmos as contradições internas dentro das obras, compreendendo-as como construções coletivas de significados. O primeiro - e fundamental - passo seria, inclusive, reconhecer que Sócrates não é Platão. Isso nos habilita a adotar uma perspectiva que não se baseia unicamente na autoridade de um único intérprete, mas que revela as características coletivas presentes na elaboração, construção, preservação e interpretação dos textos ao longo do tempo. Resultado que nos sugere que essa visão crítica pode ser desafiadora para a circulação de determinados saberes que são considerados "perigosos". Benoit nos levanta a hipótese de que, ao encarar os *Diálogos* como uma "poesia conceitual" ou uma "odisseia filosófica", poderíamos chegar a conclusões diferentes daquelas aceitas pela tradição filosófica ocidental. Essa abordagem nos leva a reconhecer o papel das imagens na filosofia e a necessidade de superá-las, não apenas em busca de interpretações defendidas por análises convencionais, mas buscando captar o conteúdo filosófico em sua totalidade a partir da exegese léxica. Orientados por essa visão crítica que Benoit<sup>3</sup> nos proporcionou ao olharmos brevemente para

<sup>3</sup> “O resultado de tal metodologia é bastante simples. Após colocar entre parênteses toda a tradição interpretativa ocidental, particularmente, aquela de origem neoplatônica, podemos dizer que a nossa leitura segue os *Diálogos* em si e por si

a tradição de leitura dos *Diálogos* de Platão, veremos a seguir, em uma outra leitura crítica produzida por Friedrich Nietzsche, uma tentativa de se percorrer outra abordagem distinta de uma certa tradição, em "*O Anticristo*".

---

mesmos. Dessa maneira, este livro é assim quase um mero resumo dos *Diálogos* na sua temporalidade léxica originária, reconstituída através dos sinais, aqui e ali, deixados pelo autor. Por isso mesmo, este livro, pela sua simplicidade, pode ser lido pelo público não especializado em Filosofia Antiga até como uma obra introdutória a Platão. Posso dizer que não acrescento quase nada às palavras inscritas, ali, nos manuscritos de Platão. Apenas contemplo essas inscrições simbólicas com os meus próprios olhos e as reproduzo tautagoricamente, ou seja, sem alegorias interpretativas, *na e pela* temporalidade da léxis" (BENOIT, 2017, p. 10).

## 2. NIETZSCHE E *O ANTICRISTO*

### 2.1 O espírito sacerdotal do filósofo alemão

Ao iniciarmos a leitura de *O Anticristo* não demoramos para nos deparar com o claro antagonismo figurado no ofício de teólogo, que para Nietzsche é aquele que sintetiza a elaboração do que ele irá chamar de “negação da vida”. Seu antagonismo com todos que teriam “sangue de teólogo” se origina do contato que ocorre em primeira instância na busca do conhecer, é preciso então se relacionar com aqueles que são não apenas os portadores, mas aqueles que o possuem, os proprietários do saber, aqueles que historicamente sedimentaram aquilo que é a tradição<sup>4</sup>. Aqui, estamos testemunhando uma crítica exatamente pelo conhecer, após esse contato.

É necessário dizer quem consideramos nossa antítese - os teólogos e todos os que têm sangue de teólogo nas veias toda a nossa filosofia... É preciso ter visto a fatalidade de perto, ou melhor, tê-la experimentado em si mesmo, ter quase sucumbido a ela, para não mais ver graça nenhuma nisso... Esse envenenamento vai muito mais longe do que se pensa: reencontrei o instinto de arrogância dos teólogos onde quer que hoje alguém se ache "idealista" - onde, em virtude de uma origem mais elevada, arrogue-se o direito de olhar para a realidade de modo alheio e superior... Exatamente como o sacerdote, o idealista tem na mão todos os grandes conceitos (— e não só na mão!), com benévolo desprezo ele os põe em jogo contra o "entendimento", os "sentidos", as "honras", o "bem viver", a "ciência", ele vê tais coisas abaixo de si, como forças nocivas e sedutoras, sobre as quais "o espírito" paira em pura "pa-ra-si-mesmidade". — como se humildade, castidade, pobreza— numa palavra: santidade — não tivessem até agora prejudicado mais indizivelmente a vida do que quaisquer horrores e vícios... O espírito puro é a pura mentira... Enquanto o sacerdote, esse negador, caluniador, envenenador profissional da vida. (NIETZSCHE, 2007, p. 14)

O ponto que nos chama mais a atenção para nossa argumentação é apontado no parágrafo a seguir, em que as características de poder são alinhadas à função daqueles que perpetraram a ação de falsear a história, como método de se estabelecerem no poder.

A esse instinto de teólogo eu faço guerra: encontrei sua pista em toda parte. Quem possui sangue de teólogo no corpo, já tem antes todas as coisas uma atitude enviesada e desonesta. O páthos que daí se desenvolve chama a si mesmo de fé: cerrar os olhos a si mesmo de uma vez

---

<sup>4</sup> “O que é, com efeito, incita os homens a agir socialmente, a obedecer, a respeitar as autoridades, as normas as leis, a orientar seus desejos? Sem um invólucro, uma sobrecarga, um horizonte de imaginário, a vida em sociedade sofreria grave risco de mostrar-se bastante arbitrária e frágil. Nem a autoridade, nem a justiça, nem o trabalho poderiam encontrar seu lugar na sociedade se não estivessem, num grau ou em outro, tecidos no imaginário. Pascal, depois de Montaigne, soube empregar as lições de Maquiavel para desalojar os mecanismos do imaginário no funcionamento das magnitudes e instituições sociais. Numerosos fragmentos dos Pensamentos mostram que os homens poderosos, em todas as instituições, só fazem animar um vasto teatro em que representam personagens disfarçadas e tornam críveis verdades que não passam de mentiras. Diante deles, o povo, ignorando os verdadeiros objetivos das verdadeiras magnitudes e valores, deixa-se enganar pelas aparências e acredita no poder dos magistrados dos príncipes, que, contudo, só dependem da própria credibilidade daquele. Mas esse cenário frágil cumpre sua tarefa, não devendo ser desfeito de maneira demasiado imprudente, pois a maioria dos homens, prisioneiros de sua condição, marcada pelo pecado, não poderia absolutamente encontrar melhores recursos para fazer girar o grande teatro do mundo do que esses artificios mentirosos” (WUNNENBURGUER, 2007, p. 62).



por todas, para não sofrer da visão da incurável falsidade. Dessa defeituosa ótica em relação às coisas a pessoa faz uma moral, uma virtude, uma santidade, vincula a boa consciência à falsa visão — exige que nenhuma outra ótica possa mais ter valor, após tornar sacrossanta a sua própria... O que um teólogo percebe como verdadeiro tem de ser falso: aí se tem quase que um critério da verdade. Seu mais fundo instinto de conservação proíbe que a realidade receba honras ou mesmo assuma a palavra em algum ponto. Até onde vai a influência do teólogo, o julgamento de valor está de cabeça para baixo, os conceitos de "verdadeiro" e "falso" estão necessariamente invertidos: o que é mais prejudicial à vida chama-se "verdadeiro", o que a realça, eleva, afirma, justifica e faz triunfar chama-se "falso"... Se acontece de os teólogos, através da "consciência" dos príncipes (ou dos povos -), estenderem a mão para o poder, não duvidemos do que no fundo sempre se dá: a vontade de fim, a vontade niilista quer alcançar o poder....” (NIETZSCHE, 2007, p. 15)

Como podemos observar o trecho aponta como sendo o instinto teológico a vontade de alcançar o poder que possui em si uma negação da vida, veremos posteriormente na argumentação nietzschiana que essa negação da vida será apontada como negação, pois falseia a natureza afim de se afirmar no poder, instrumentalizando a ideia de verdade dentro daquilo que o teólogo determina como moralmente correto, para estabelecer aquilo que é Bom, seria preciso então orientar a história como um método moral divino que organiza os momentos históricos de poder e os cárceres que o povo hebreu vivenciou, retirando ou redirecionando o poder dos povos que os subjugarão não como um processo de força e poder deste determinado domínio, mas de que o status de subjugo deles, fora resultado do não cumprimento moral das regras que esses sacerdotes, que já transportavam o espírito do teólogo legavam ao se colocarem como emissários de sua divindade moral e por consequência a ação de falseamento da história. É preciso, assim, uma forma continuada, e negativa, em que se inverta não apenas os sentidos das palavras, mas os valores e os conceitos; é necessário se administrar uma contrariedade de forças para que se perpetue o domínio, para se manterem como donos de tudo aquilo que eles não são. Deste modo, é ordenado no espírito do teólogo um meio para que ele possa se apropriar, e nisso está estabelecida a pronta declaração de guerra, até porque sabemos que o deus e o sagrado aqui tomam novos nomes e possuem conceitos que buscam perpetuar sua permanência sem princípio, com o apagar da história, para que não se veja o seu princípio de domínio. A falsa percepção de perpétuo e contínuo se estabelece junto com seu poder, talvez por isso é preciso que haja uma construção da tradição hermenêutica analítica mesmo de textos dramáticos e poéticos, é preciso que se interrompa o rasante do pássaro para que se fixe uma continuidade antinatural, para que se estagne, que continue sendo o que já se é: domínio.

Se, posteriormente, durante toda a Antiguidade, ainda os pássaros serão portadores da palavra divina, bem cedo, desde o fim do século VI a.C., quando o Mediterrâneo inteiro vai sendo tomado por formas mercantis, véus recaem sobre os entes, o mundo inteiro se duplica obscurecendo as coisas que são, e para descobrir os desígnios dos deuses, será necessário procurar cada vez mais internamente um significado não-manifesto, um significado alegórico escondido sob o ente. Apagou-se a luminosidade do mundo. A pulsão originária da *physys* parece perder sua força originária. Por mais hábil que fosse o adivinho, exegeta, intérprete, agora, não bastava mais contemplar o voo dos pássaros no céu para saber o discurso de Zeus. O sentido, outrora, quase *tautagorico* do discurso de Zeus exibido no voo das aves, se obscurece, e exige técnicas interpretativas cada vez mais hábeis que cavem o sentido em níveis profundos, não perceptíveis aos simples dos mortais. (BENOIT, 2015, p. 63)

Como Benoit nos aponta, na medida que o véu recai sobre os entes, a capacidade de interpretação da natureza é orientada cada vez mais pela necessidade de um intermediário privilegiado dela. Veremos ainda que o sofrimento terá que ser orientado em sentido por um grupo, grupo esse que na argumentação de nietzschiana é orientado pela vontade de poder do espírito teológico, espírito que fundamentou a filosofia alemã. Por isso, Kant teria sido muito bem aceito e ganhado ampla divulgação: sua filosofia seria uma continuidade da negação da realidade em nome da sustentação de um mundo irreal perpetuado na Idade da Razão, tornando a realidade apenas uma aparência sem muita importância, mais uma vez resguardando a sustentação da realidade fundamentada na moral daquele que possui o poder.

O instinto de teólogo do erudito alemão adivinhou *o que* se tornara novamente possível... Estava aberta uma trilha oculta para o velho ideal, o conceito de "mundo verdadeiro", o conceito da moral como *essência* do mundo (os dois erros mais malignos que existem!) eram novamente, graças a um sagaz e manhoso ceticismo, se não demonstráveis, não mais refutáveis pelo menos... A razão, o direito da razão não vão tão longe... Havia se feito da realidade uma "aparência": um mundo inteiramente inventado, o do ser, fora tornado realidade... O sucesso de Kant é apenas um sucesso de teólogo: ele foi, como Lutero, como Leibniz, um freio a mais na retidão alemã, já não muito firme por si. (NIETZSCHE, 2007, p. 16).

Tal fundamentação é condicionada pela necessidade de se negar a vida, fazendo que os hebreus dominados não olhassem seus dominadores como rivais, mas apontando para uma vontade divina que estaria castigando e os educando a serem obedientes às leis sacerdotais, a negação da vida é a origem da ideia de pecado; a moralidade, colocada como virtude, toma lugar nessa invenção para sustentar a validade geral, resultado de uma observação do prazer como objeção. Aqui começa a aparecer um ponto importante para nossa análise: é preciso que sistematicamente haja uma resposta ao desprazer, ainda mais quando se tem como objetivo manter uma grande massa "satisfeita". Em Kant, Nietzsche argumenta que houve a instrumentalização na criação dos imperativos categóricos, algo que seria perigoso à vida, por justamente colocar um sentido externo a si. A demonização do prazer e o estabelecimento de cumprir algo que vem externamente seriam uma desordem natural.

O que destrói mais rapidamente do que trabalhar, pensar, sentir sem necessidade interna, sem uma profunda escolha pessoal, sem prazer como autômato do "dever"? E a própria receita da *décadence*, até mesmo do idiotismo... Kant se tornou idiota.' - E era contemporâneo de Goethe! Essa aranha nefasta era considerada o filósofo *alemão* - é ainda!... Guardo-me de dizer o que penso dos alemães... Kant não viu na Revolução Francesa a passagem da forma inorgânica de Estado para a orgânica? Não se perguntou se existe um evento que não pode ser explicado senão por uma disposição moral da humanidade, de modo que com ele estaria provada, de uma vez por todas, a "tendência da humanidade para o bem"? Resposta de Kant: "é a Revolução' o espírito equivocado em tudo e por tudo, a antinatureza como instinto, a *décadence* alemã 'como filosofia - isso é Kant! (NIETZSCHE, 2007, p. 17).

Continuando em sua argumentação veremos que a busca de uma fundamentação moral para o mundo não poderia surgir a não ser pela necessidade de estabelecer um "tu deves", uma forma de ordenar o mundo em obediência, um resultado do espírito sacerdotal do filósofo alemão, aquele que não deixou seu lugar de enviado divino, estabelecendo um senso de verdade que não depende da realidade, da história, ou sequer da natureza, é algo que está para além, pois advém do espírito, e quem à porta fala por ele o que é verdadeiro ou falso.

E Kant enfim, com inocência "alemã", tentou tornar científica, com o conceito de "razão prática", essa forma de corrupção, essa falta de consciência intelectual: inventou uma razão expressamente para o caso em que não é preciso preocupar-se com a razão, ou seja, quando a moral, quando a sublime exigência "tu deves" faz ouvir sua voz. Se consideramos que em quase todos os povos o filósofo é apenas o prosseguimento do tipo sacerdotal, já não surpreende esse legado do sacerdote, a falsificação de moeda para si mesmo. Quando a pessoa tem tarefas sagradas, como melhorar, salvar, redimir os homens, quando carrega no peito a divindade, quando é porta-voz de imperativos do além, uma tal missão já a situa do lado de fora de toda avaliação apenas racional já está mesmo santificada por essa tarefa, já é mesmo o tipo de uma ordem mais elevada.!. Que importa a ciência para um sacerdote? Ele está muito acima disso! E o sacerdote dominou até agora! Ele determinou os conceitos de "verdadeiro" e "não verdadeiro".... (NIETZSCHE, 2007, p. 17 - 18).

Dessa forma se estabelece o conflito entre uma teoria revolucionária e um viés hermenêutico vigente, que com sua tradição ergue os pilares rígidos de seu domínio. Não se trata apenas de uma nova visão sobre o social, mas contra tudo que possa oferecer qualquer tipo de ruptura, é necessário, porém, domesticar, não apenas alienar, mas possuir poder sobre qualquer tipo de poesia que venha contar até mesmo que miticamente uma história sobre ruptura, é preciso obter domínio exatamente sobre as histórias que possuem essa pretensão, é contra esse domínio que a maioria dos avanços do conhecimento tiveram que arduamente estabelecer seu pequeno espaço de sobrevivência.

Não subestimemos isto: nós mesmos, nós, espíritos livres, já somos uma "tresvaloração de todos os valores", uma encarnada declaração de guerra e de vitória em relação a todos os velhos conceitos de "verdadeiro" e "não verdadeiro". As percepções mais valiosas são alcançadas por último; mas as percepções mais valiosas são os métodos. Todos os métodos, todos os pressupostos da cientificidade de hoje tiveram contra si, por milhares de anos, o mais profundo desprezo; por causa deles o indivíduo era afastado do convívio com pessoas "honestas" - era considerado "inimigo de Deus",,' (NIETZSCHE, 2007, p. 18).

Porém, para que tal narrativa exegética tenha possibilidade de ser aceita, assim como as teorias metafísicas alemãs do período de Kant, Nietzsche aponta que para que essa negação do real surja é preciso que o real seja a realidade daquele que sofre, daquele que busca uma saída, dessa necessidade então nasce a fertilidade e a ampla aceitação da negação da realidade, pois ela possibilita um falseamento da vida daquele que fracassou. Por isso surge a necessidade de se negar a vida, pois a vida é daquele que sofre.

Esse mundo de pura ficção diferencia-se do mundo sonhado, com enorme desvantagem sua, pelo fato de esse último refletir a realidade., enquanto ele falseia, desvaloriza e nega a realidade. Somente depois de inventado o conceito de "natureza", em oposição a "Deus", "natural" teve de ser igual a "reprovável" todo esse mundo fictício tem raízes no ódio ao natural (a realidade!), é a expressão de um profundo mal-estar com o real... Mas isso explica tudo. Quem tem motivos para furtar-se mendazmente à realidade? Quem com ela sofre. Mas sofrer com a realidade significa ser uma realidade fracassada... A preponderância dos sentimentos de desprazer sobre os sentimentos de prazer a *causa* dessa moral e dessa religião fictícias: uma tal preponderância transmite a fórmula da *décadence*. (NIETZSCHE, 2007, p. 20)

A repulsa de Nietzsche aqui toma sua conotação teórica, ele rejeita tal falseamento da realidade, pois percebe que ela é originada por aquele que sofre, por isso a vê como decadente, pois se origina naquele em que falta o poder e por isso, na visão dele, escolhe rejeitar a realidade. Em sua argumentação percebemos que falta a ligação argumentativa de como se dá o deslocamento narrativo daquele que não possui poder, até as estruturas que possuem o poder, e mesmo replicando tal discurso originado pelo fracassado, daquele que pela falta de poder, precisa falsear a realidade sofridora para que ela possa ser suportada. Kant definitivamente não pertence ao grupo dos que sofriam na Alemanha de sua época, como veremos um pouco à frente, tampouco os sacerdotes pertencem ao grupo que sofre dentro do seu contexto social.

Passando por essa observação, seguimos acompanhando sua argumentação, em outro parágrafo, em que ele irá iniciar sua visão histórica na apreensão dos povos com seu mito divino, como uma relação espelhada em uma construção de identificação com ela mesma, e nisso estará a teoria de Nietzsche para a criação de Deus que, no primeiro momento, não estaria travestido do senso moral, mas apenas revelava a vontade de poder de um povo.

Um povo que ainda crê em si tem ainda também seu próprio deus. Nele reverência as condições que o fizeram prevalecer, as suas virtudes - projeta seu prazer consigo, seu sentimento de poder, num ser ao qual se pode agradecer. Quem é rico quer oferecer; um povo orgulhoso precisa de um deus para sacrificar. Religião, nesses pressupostos, é uma forma de gratidão. É-se grato por si mesmo: para isso precisa-se de um deus. - Um tal deus precisa ser capaz de ajudar e prejudicar, de ser amigo e inimigo - é admirado nas coisas boas e nas más.” (NIETZSCHE, 2007, p. 20).

Qual seria a vantagem então de se ter um Deus sem poder? Em troca de que haveria prazer em reverenciar uma figura vazia até mesmo da vontade de alcançar vitória? Para Nietzsche, essa é a característica que surge com o cristianismo, fruto do que ele irá denominar de “castração antinatural”.

Aqui a castração antinatural de um deus, tornando-o apenas do bem, seria contrária a tudo desejável. Há necessidade tanto do deus mau como do bom: não se deve a própria existência precisamente à tolerância, ao humanitarismo... Que significaria um deus que não soubesse o que é ira, vingança, inveja, escárnio, astúcia, violência? Que talvez não conhecesse nem os arrebatedores ardeurs [ardores] da vitória e da destruição? As pessoas não entenderiam um deus assim: para que o teriam? - Sem dúvida: quando um povo está perecendo; quando sente que se esvanece definitivamente a fé no futuro, sua esperança de liberdade; quando a sujeição lhe aparece na consciência como a primeira vantagem, e as virtudes dos sujeitados como condições de conservação, também seu deus tem de mudar. Ele se torna dissimulado, timorato, modesto, ele recomenda a "paz da alma", o não mais odiar, a indulgência, até o "amor" por amigo e inimigo. Ele moraliza continuamente, insinua-se no antro de cada virtude privada, torna-se deus para todos, torna-se homem privado, torna-se cosmopolita... Outrora representava um povo, a força de um povo, tudo de agressivo e sedento de poder da alma de um povo: agora é apenas o bom Deus. Na verdade, não há outra alternativa para os deuses: ou são a vontade de poder - e enquanto isto serão deuses de um povo- ou a incapacidade de poder - e então tornam-se necessariamente *bons*... (NIETZSCHE, 2007, p. 21).

Nesse parágrafo está também a definição nietzschiana para as divindades, um resultado histórico e político de um povo que irá elaborar essa relação de identificação com o poder, caso as possibilidades de triunfo fiquem nulas, nascerá então um deus dessa relação material, que substituirá a memória de triunfos passados, para aliviar o fracasso, estabelecendo agora um novo estágio de

decadência, uma que possa suportar a derrota, criando uma realidade externa, originando um outro mundo no qual haveria uma outra ordem de poder, em que agora o fraco seria o bom, na qual a obediência deve ser almejada, para que o sofrimento seja suportável.

A divindade da *décadence*, mutilada em seus impulsos e virtudes mais viris, torna-se por necessidade o deus dos fisiologicamente regredidos, dos fracos. Eles não se denominam fracos, denominam-se "bons"...Quando os pressupostos da vida ascendente, quando força, bravura, soberania, orgulho são retirados do conceito de Deus, quando passo a passo ele decai a símbolo de um bastão para cansados, de uma âncora de salvação para todos os que se afogam, quando se torna Deus-de-gente-pobre, Deus-de-pecado-res, Deus-de-doentes par excellence [por excelência), e o predicado de "Salvador", "Redentor", é o que resta como predicado divino: o que quer dizer uma tal mudança? uma tal redução do divino? — Sem dúvida: com isso o "reino de Deus" ficou maior. Antes ele tinha apenas seu povo, seu "povo eleito". Nesse meio-tempo, tal como seu povo mesmo, ele partiu em andança para o exterior, não mais se deteve em nenhum lugar: até enfim estar em casa em toda parte, o grande cosmopolita — até ter do seu lado "o grande número" e metade da Terra. Apesar disso, o deus do "grande número", o democrata entre os deuses, não se tornou um orgulhoso deus pagão: continuou judeu, continuou o deus dos pequenos cantos, o deus das esquinas e paragens sombrias, dos locais insalubres de todo o mundo!... Seu reino do mundo é sempre um reino do submundo, um hospital, um reino subterrâneo, um reino-gueto... E ele próprio, tão pálido, tão fraco, tão *décadent*... Mesmo os mais pálidos entre os pálidos tornaram-se dele senhores, os senhores metafísicos, os albinos do conceito. Estes tanto teceram ao seu redor que, hipnotizado pelos movimentos deles, ele próprio se tornou aranha, metafísico. Então, por sua vez, teceu o mundo a partir de si — sub *specie Spinozae* —, transfigurou-se em algo sempre mais fino e mais pálido, tornou-se "ideal", "puro espírito" tornou-se "absolutum" (algo absoluto), "coisa-em-si"...A ruína de um Deus. Deus tornou-se 'coisa-em-si'... (NIETZSCHE, 2007, p. 21 - 22).

## 2.2 O papel das religiões: diferenças entre o Budismo e o Cristianismo

É importante para Nietzsche salientar as diferenças entre o niilismo provocado pela religião budista em relação à religião cristã. Iremos primeiro ver como ele estabelece tais distinções para vermos quais conclusões são possíveis como resultado dessa interpretação. A primeira observação é de que no budismo já haveria o abandono da busca por um Deus há muito tempo, tal fase então já estaria superada pelo budismo, o que na percepção de Nietzsche acrescentaria um teor positivo, o que proporcionou a superação do conflito em relação ao pecado. No budismo o sofrimento não é percebido como culpa, não há uma responsabilidade econômica que deve ser de alguma forma reparada, o que direciona os esforços ao combate do sofrimento individual, o que faz Nietzsche posicionar o budismo em sua teoria como um estágio para além do bem e do mal, o que não iremos abordar nesse trabalho.

A primeira característica que salta aos olhos de Nietzsche sobre o budismo é a de uma praticidade de ações propostas a fim de estabelecerem um afastamento desse sofrimento, ações simples que orientadas por uma busca de higiene estão na centralidade do budismo, juntamente com o afastamento de bebidas alcoólicas, e cautelas para com os demais sentimentos que estariam relacionadas com a produção da bÍlis ou mesmo com a alteração da temperatura do corpo, mas aqui não como imperativos morais, regulamentados pela decisão de um pré-estado determinante para tais práticas. A bondade no budismo não estaria relacionada ao fato do fraco se parecer bom, mas sim na bondade que produz saúde. Outra prática seria a da exclusão da oração, e não apenas o abandono

dessa prática ritualística, não havendo uma ação guiada pela imposição aos que pensam diferente “não é pela inimizade que tem fim a inimizade” (NIETZSCHE, 2007, p. 24):

Na doutrina de Buda o egoísmo se torna dever: o "uma só coisa é necessária", o "como te livras do sofrimento?" regula e limita a dieta espiritual inteira (talvez seja lícito recordar aquele ateniense que também fez guerra à pura "cientificidade", Sócrates, que elevou o egoísmo pessoal à categoria de moral também no reino dos problemas). (NIETZSCHE, 2007, p. 25).

O que talvez Nietzsche não tenha percebido, ou na verdade não tenha interessado ao seu argumento, é exatamente a origem que possibilita tal distinção, ou que propõe uma outra ação antinatural que para ele, aqui parece ser menos relevante, mas que para nós tem profundo valor teórico: o budismo advém da classe dominante<sup>5</sup>, e por isso, ela tem o poder de tomar a decisão de “não se importar” com o seu entorno material, pois ele já está anteriormente garantido, aqui não há a busca da superação, ou sequer a tentativa de se estabelecer uma outra realidade material, pois ela já está previamente garantida, e mesmo nela, a falta aparece, sem uma crítica sistêmica, pois não haveria motivos para suscitar alguma, como no ambiente em que Sócrates pertencia, não por ele, mas exatamente por não validar essa contradição em enaltecer uma observação egoísta pertencendo a uma pólis.

O pressuposto para o budismo é um clima bastante ameno, grande mansidão e liberalidade nos costumes, nenhum militarismo; e que o movimento tenha sua origem nas classes mais elevadas e mesmo eruditas. A jovialidade, o sossego, a ausência de desejos são objetivo supremo, e o objetivo é *alcançado* aspira o budismo não é uma religião em que meramente se aspira a perfeição: perfeito é o caso normal. No cristianismo, os instintos dos sujeitados e oprimidos vêm ao primeiro plano: são as classes mais baixas que nele buscam sua salvação. Nele a casuística do pecado, a autocrítica, a inquisição da consciência são praticadas como ocupação, como remédio para o tédio; nele o afeto em relação a um poderoso, chamado "Deus", é continuamente sustentado (mediante a oração); nele o mais elevado é visto como inatingível, como dádiva, como "graça". Nele falta também o espaço público; o esconderijo o aposento escuro é cristão. Nele o corpo é desprezado, a higiene é repudiada como sensualidade; a Igreja se opõe até à limpeza (a primeira medida cristã após a expulsão dos mouros foi o fechamento dos banhos públicos, dos quais apenas Córdoba possuía 270). É cristão um determinado senso de crueldade contra si mesmo e os outros; o ódio aos que pensam diferentemente; a vontade de perseguir...Cristã é a hostilidade de morte aos senhores da Terra, aos "nobres" - e, ao mesmo tempo, uma oculta, secreta concorrência (deixam-lhes o "corpo", querem apenas a "alma"). Cristão é o ódio ao espírito, ao orgulho, coragem, liberdade, libertinagem do espírito; cristão é o ódio aos sentidos, às alegrias dos sentidos, à alegria mesma. (NIETZSCHE, 2007, p. 25 - 26).

Não havendo então um “clima ameno” que possibilitasse a origem de uma religião como a do budismo, podemos então conhecer um pouco mais da materialidade que faz surgir os textos que fundamentam o cristianismo, que nos leva a perceber o estado de conflito entre exatamente essas duas distintas classes descritas pelo autor. No budismo á também a contradição de se buscar a desmilitarização, pois aquele que já possui seu estado de poder, agora tem como objetivo a busca pela

<sup>5</sup> “No *Crepúsculo dos Ídolos* [VII.3, VII.5] e no *Anticristo* [§56-57] Nietzsche avalia um livro que lhe caiu nas mãos em Turim. Trata-se do *Livro de Leis de Manu*, editado e traduzido por Louis Jacolliot, [...]. Nietzsche mostra-se fascinado pela cruel coerência com que nesse livro de leis, segundo um funesto mandamento de pureza, a sociedade se organiza em classes sociais rigorosamente separadas. Interpreta o fato das diversas castas não poderem se misturar entre si como uma inteligente biopolítica [...] (SAFRANSKI, 2001, p. 285)

paz e pelo “sossego”, e de forma contraditória o que lhe tira a paz deve ser a percepção e a busca de negação a tudo que se tem, até por que só pode sofrer dessa dor e optar por não desejar o que se tem, quem já tem algo, e também talvez por essa orientação contraditória é que no cristianismo se orienta à raiva pela alegria, exatamente pela instrumentalização daquilo que se falta, como uma forma de ressentimento que expressa uma injustiça anterior, que podemos ver já ter uma orientação natural contra os proprietários desde sua gênese.

### 2.3 A exegese nietzscheana sobre o cristianismo

É possível termos aqui o que primariamente provoca certa antipatia a nossa proposta, assim como a proposta interpretativa nietzschiana, pois ela não se origina do absurdo da suposição de suspendermos a tradição hermenêutica ocidental, por ser um absurdo hipotético, mas sim pelo fato dela criticar exatamente o fundamento que sedimentou a expansão dos dogmas de domínio do ocidente aos demais povos, na construção dos conceitos éticos e políticos todos orientados na figura da individualidade e do espírito do proprietário, daquele que no *O Anticristo* é bem figurado no espírito do Sacerdote, que é possível ser expandido através de conceitos metafísicos de um deus democrático, estabelecendo a falsa equidade entre os homens. Um deus que deixa de ser judeu, mesmo que nunca se afaste realmente de sua origem tribal, um deus que nasce para o domínio, o “Bem” do proprietário Platão delegado pela tradição e ainda também sustentado por Nietzsche erroneamente. Agora há uma verdadeira tarefa para efetuar, a propagação de tudo que é falso, a libertação não apenas em outra vida, mas a proliferação de um deus uno através da morte de seu filho, utilizando da figuração da força do estado contra aqueles que ele oprime, como algo a ser valorizado, querido, e metafisicamente belo, porém sem a necessidade da racionalização, ou se quer verificação dessa crença relacionada à vida daquele que sofre.

O cristianismo tem no fundo algumas sutilezas, que são próprias do Oriente. Antes de tudo sabe que é indiferente, em si, que algo seja verdadeiro, mas de grande importância *até que ponto se acredita* que seja verdadeiro. A verdade e a crença de que algo seja verdadeiro: dois mundos de interesse completamente distintos, quase opostos - chega-se a um e a outro por caminhos essencialmente diversos. Ter conhecimento disso é quase a definição do sábio no Oriente: assim o entendem os brâmanes, assim o entende Platão, e também todo estudante da sabedoria esotérica. Se, por exemplo, há felicidade em crer-se redimido do pecado, não é preciso, como pressuposto para isso, que o indivíduo seja pecador, mas que *se sinta* pecador. Mas, se é necessário antes de tudo fé, então se deve pôr em descrédito a razão, o conhecimento, a indagação: o caminho para a verdade torna-se proibido. - A poderosa esperança é um estimulante bem maior da vida do que alguma felicidade que realmente ocorra. Os que sofrem têm de ser mantidos por uma esperança que não pode ser contrariada por nenhuma realidade - que não é terminada com sua realização: uma esperança de além. (Justamente por essa capacidade de manter os infelizes à espera é que os gregos consideravam a esperança o mal entre os males, o mal realmente insidioso: ele permaneceu na caixa dos males.)" - Para que o amor seja possível, Deus tem de ser uma pessoa; para que os instintos mais ao fundo possam participar, Deus tem de ser jovem. Para o fervor das mulheres coloca-se em primeiro plano um santo bonito, para o dos homens, uma Maria. Isso com o pressuposto de que o cristianismo quer predominar num terreno onde cultos de Afrodite ou Adônis já determinaram o conceito de culto. A exigência de castidade fortalece a veemência e interioridade do instinto religioso - torna o culto mais cálido, mais entusiasmado, mais cheio de alma. - O amor é o estado em que

as pessoas mais veem as coisas como não são. A força da ilusão está no apogeu, assim como a força que adoça, que transfigura. No amor suporta-se mais, tolera-se tudo. A questão era inventar uma religião em que se podia amar: com isto se ultrapassa que há de Pior Na vida ele nem sequer é enxergado mais. - Isso quanto às três virtudes cristãs, fé, amor e esperança: eu as denomino as três espertezas cristãs. - O budismo é tardio demais, positivista demais para ser esperto dessa forma. (NIETZSCHE, 2007, p. 27 - 28).

Logo depois, Nietzsche inicia sua crítica ao espírito do teólogo. Primeiramente, ele escolheu evidenciar que conhece os frutos desse falseamento histórico, e quais os resultados disso. Escolhemos então primeiro apresentar o cenário já descrito por Nietzsche, para que estejamos todos cientes ao que endereçamos o esforço de nossa crítica; assim, seguimos então com a descrição do método de domínio do falseador da história, o Sacerdote.

O conceito de Deus falseado; o conceito de moral falseado: — a classe sacerdotal judia não ficou nisso. Não havia utilidade para toda a história de Israel: fora com ela! - Os sacerdotes realizaram esse milagre de falsificação, cujo documento é boa parte da Bíblia: com inigualável desprezo por toda tradição, por toda realidade histórica, traduziram em termos religiosos o próprio passado de seu povo, ou seja, fizeram dele um estúpido mecanismo salvador, de culpa em relação a Javé e castigo, de devoção a Javé e recompensa. Sentiríamos esse infame ato de falsificação histórica de maneira muito mais dolorosa, se a milenar interpretação eclesiástica da história não nos tivesse quase embotado para as exigências da retidão in historicis [em coisas históricas]. E os filósofos secundaram a Igreja: a mentira da "ordem moral do mundo" perpassa a evolução inteira da filosofia moderna. Que significa "ordem moral do mundo"? Que existe, de uma vez por todas, uma vontade de Deus quanto ao que o homem tem e não tem de fazer; que o valor de um povo, de um indivíduo, mede-se pelo tanto que a vontade de Deus é obedecida; que nas vicissitudes de um povo, de um indivíduo, a vontade de Deus mostra ser dominante, isto é, punitiva e recompensadora, segundo o grau da obediência. A realidade, no lugar dessa deplorável mentira, é a seguinte: uma espécie parasitária de homem, que prospera apenas à custa de todas as formas saudáveis de vida, o sacerdote, abusa do nome de Deus: ao estado de coisas em que o sacerdote define o valor das coisas ele chama "reino de Deus"; aos meios pelos quais um tal estado é alcançado ou mantido, "a vontade de Deus"; com frio cinismo ele mede os povos, as épocas, os indivíduos, conforme beneficiem ou contrariem a preponderância dos sacerdotes. (NIETZSCHE, 2007, p. 31).

Como podemos observar na argumentação nietzschiana, é de interesse da casta sacerdotal que o povo seja submisso. Aqui se funda não apenas um domínio em um sistema pré-estatal, mas que irá sobreviver às custas dessa obediência até mesmo quando o povo hebreu estiver em cativo dos mais variados impérios, pois será dessa classe que a preservação histórica desse povo será mantida, é da produção poética e mítica que se originalizará uma espécie de “razão condutora do destino”, uma bússola para se interpretar as vontades de Deus, com seu ponto fundamental estabelecido na obediência, até mesmo quando escravizados por outros povos, a classe sacerdotal estaria ali para lembrar o povo que tal aprisionamento seria resultado da vontade divina. A casta sacerdotal não faria isso em troca de nada, ela estabeleceria nesse modelo pré-estatal sua cobrança de impostos, o preço para que o povo de Israel soubesse qual era a vontade divina, ao qual deveria ser obedecida. Nietzsche nos aponta logo em seguida:

requer-se uma grande falsificação literária, descobre-se uma "Escritura Sagrada" — ela é tornada pública em meio a toda a pompa hierática, com dias de penitência e gritos de lamento



pelo longo período de "pecado". A "vontade de Deus" estava estabelecida havia muito tempo: todo o infortúnio está em haverem se afastado da "Escritura Sagrada"... A Moisés já se havia manifestado a "vontade de Deus"...Que aconteceu? Com severidade, com pedantismo, o sacerdote formulou de uma vez por todas, até nas grandes e pequenas taxas que tinham de lhe pagar (— não esquecendo os mais saborosos pedaços da carne, pois o sacerdote é um comedor de beefsteak [bisteca]), o que ele quer ter, "o que é a vontade de Deus"... A partir de então as coisas todas da vida se acham tão ordenadas, que o sacerdote é indispensável em toda parte; em todas as ocorrências naturais da vida, no nascimento, no casamento, na enfermidade, na morte, sem falar do sacrifício ("a refeição"), aparece o sagrado parasita, a fim de desnaturá-las: ou, em sua linguagem, "santificá-las"... Pois se deve compreender isto: todo costume natural, toda instituição natural (Estado, organização da justiça, casamento, assistência de enfermos e pobres), toda exigência inspirada pelo instinto da vida, tudo, em suma, que tem seu valor em si é tornado fundamentalmente sem valor, contra o valor, pelo parasitismo do sacerdote (ou da "ordem moral do mundo"): necessita posteriormente de uma sanção — é preciso um poder conferidor de valor, que nisso nega a natureza, que somente assim cria um valor... O sacerdote desvaloriza, dessacraliza a natureza: é a esse custo que ele existe. desobediência a Deus, isto é, ao sacerdote, à "Lei", recebe então o nome de "pecado", os meios de reconciliar-se com Deus" são, como é de esperar, meios com os quais a sujeição ao sacerdote é garantida ainda mais solidamente: apenas o sacerdote "redime"... Psicologicamente, em toda sociedade organizada em torno ao sacerdote os "pecados" são imprescindíveis: são autênticas alavancas do poder, o sacerdote vive dos pecados, ele necessita que se peque... Princípio supremo: "Deus perdoa quem faz penitência" — em linguagem franca: quem se submete ao sacerdote. —" (NIETZSCHE, 2007, p. 32 - 33).

Agora temos com mais clareza como se estabeleceu a negação a vida. A orientação moral do mundo estabelece o falseamento das dominações históricas apontando não como um resultado da força de dominação daquele que subjuga, mas transfere a causa desse processo histórico para uma vontade divina que está castigando seu povo pelos seus pecados. Essa falsificação é um meio para manter a casta sacerdotal em seus status perpetuo de poder, que lhes garante comer e beber de uma produção que é fruto do trabalho do povo que eles estão parasitando. É através da negação do valor da vida natural que o sacerdote cria seu espaço de pertencimento na vida cotidiana, até por que não há nenhum valor material resultado do seu trabalho, por isso é necessário que se crie um outro mundo em que suas ações possuem valor, pois não sendo material, é preciso que se despreze tudo aquilo que é material, tudo que advém da vida deve ser percebido como inferior e sem valor caso não seja revestido do poder simbólico que o sacerdote aglutinou em si, como meio de atingir poder, a ficção de uma outra realidade, a metafísica em superioridade à vida cotidiana.

O cristianismo então seria um segundo estágio histórico desse mal-estar, resultado não somente da dominância de povos estrangeiros, mas também do mal-estar gerado por essa outra camada de dominação interna, perpetrada pelos Sacerdotes.

Num terreno assim falso, onde toda natureza, todo valor natural, toda realidade tinha contra si os mais profundos instintos da classe dominante, cresceu o cristianismo. uma forma de inimizade mortal a realidade, que até agora não foi superada. "povo sagrado" que para todas as coisas havia conservado apenas valores sacerdotais, palavras sacerdotais, e, com uma coerência de infundir medo, havia apartado de si o que mais existia de poder na Terra, como sendo "ímpio", "mundo", "pecado" esse povo produziu para seu instinto uma última fórmula, que era lógica até o ponto de autonegação: ele negou, como cristianismo, até a última forma de realidade, o "povo sagrado", o "povo eleito", a realidade judia mesma. Um caso de primeira

ordem: o pequeno movimento rebelde, batizado com o nome de Jesus de Nazaré, é mais uma vez o instinto judeu — em outras palavras, o instinto sacerdotal que já não suporta o sacerdote como realidade, a invenção de uma forma ainda mais subtraída de existência, de uma visão ainda mais irreal do mundo do que a organização de uma Igreja determina. O cristianismo nega a Igreja..." Não vejo contra o que se dirigia a rebelião da qual Jesus Cristo foi entendido ou mal-entendido — como sendo o causador, se não foi uma rebelião contra a Igreja judia, "Igreja" no exato sentido em que hoje tomamos a palavra. Foi uma revolta contra "os justos e bons", contra "os santos de Israel", contra a hierarquia da sociedade — não contra a sua corrupção, mas contra a casta, privilégio, a ordem, a fórmula; foi a descrença nos "homens mais elevados", o *não* pronunciado contra tudo que era sacerdote e teólogo. (NIETZSCHE, 2007, p. 33).

A construção do mundo moral em superioridade ao mundo material como método de ressignificar os períodos de escravidão sofridos pelo povo hebreu, não apenas garantiu o status de liderança dos sacerdotes sobre seu povo, como também a exploração dobrada, perpetuando não só uma dominação externa, mas também interna. Tal cenário é apontado por Nietzsche como fundamental para o surgimento do movimento sectário que colocaria em caos essa hierarquia, o cristianismo, e aqui não limitamos à figura da representação dessa insurgência, mas como Nietzsche, a percebemos como um processo coletivo que utiliza de um personagem para evocar sua vontade de libertação ou que minimamente evoque uma possibilidade de ruptura sistêmica, mesmo que sua liderança eleita não tenha ciência disso.

Este santo anarquista, que conclamou o povo baixo, os excluídos e "pecadores", a chandala no interior do judaísmo, a contrariar a ordem dominante — com uma linguagem que, se pudéssemos confiar nos evangelhos, ainda hoje levaria à Sibéria — foi um criminoso político, na medida em que criminosos políticos eram possíveis numa comunidade *absurdamente apolítica*. Isso o levou à cruz: a prova disso é a inscrição na cruz. Ele morreu por *sua culpa* — falta qualquer razão para dizer, por mais que se tenha dito, que ele morreu pela culpa dos outros. — (NIETZSCHE, 2007, p. 34).

Nietzsche continua apontando que esse Cristo, se é que é possível confiar nos evangelhos, é bem distinto do qual estruturou posteriormente o cristianismo, e que não estaria inscrito nos textos que deveriam influenciar conceitos como culpa e castigo, ou sequer algo parecido com a ideia de recompensa, valores circunscritos em postulados morais, e que a "boa nova" estaria apontada em que não haveria esse interposto entre os homens e o divino, que, na verdade, não haveria tributos a serem pagos como a tradição sacrificial dos sacerdotes que delegava fundamentalmente tributos. Aqui estaria a ação de revolta contra o espírito sacerdotal, uma ação de não subserviência ao que se colocava enquanto intermediário dos homens com a natureza, indo contra os ritos e doutrinas estipuladas de dominação, orientadas na lógica de penitência e reconciliação, fundantes na falsificação dos períodos de escravidão, inutilizando assim o espaço de domínio sacerdotal.

A vida do Redentor não foi senão essa prática — sua morte também não foi senão isso. Ele não tinha mais necessidade de nenhuma fórmula, de nenhum rito para trato com Deus — nem mesmo oração. Acertou contas com toda a doutrina judaica de penitência e reconciliação; sabe que apenas com a prática da vida alguém pode sentir-se "divino", "bem-aventurado", "evangélico" a qualquer momento um "filho de Deus". Não a "penitência", não a "oração pelo perdão" é um caminho para Deus: *somente a prática evangélica* conduz a Deus, ela justamente

é Deus. — O que foi *liquidado* com o evangelho foi o judaísmo dos conceitos "pecado", "perdão dos pecados", "fé", "redenção pela fé" — toda a doutrina eclesíástica judia foi negada na "boa nova". O profundo instinto para como alguém deve viver a fim de sentir-se "no céu", sentir-se "eterno", enquanto, conduzindo-se de qualquer outro modo, não se sente absolutamente "no céu": apenas esta é a realidade psicológica da "redenção". Uma nova conduta, não uma nova fé... (NIETZSCHE, 2007, p. 40).

A partir disso, talvez possamos expressar a exegética nietzschiana ao cristianismo da seguinte maneira: ela não seria uma nova forma de fé, mas sim um fazer que estaria rompendo com os intermediários que utilizavam essa posição como meio rentável. Aí estaria o que pode ser compreendido ao se ter uma leitura dos “evangelhos”, uma ação contrária à casta sacerdotal de sua época que estava subordinada ao Império Romano e se tornava apenas mais um braço de dominação, não apenas pela força, mas também pela espiritualidade, por isso a relação que Nietzsche faz entre o cristianismo e a espiritualidade budista. Portanto seria até mesmo errôneo estabelecer o cristianismo, nesse primeiro movimento, enquanto uma organização de fé, algo que propõe uma esperança temporal, ou que está orientada por um agente divino externo. Mas, sim como algo que estaria voltado a uma prática que tinha como obstáculo justamente a hierarquia posta pelo sistema de crença, a anarquia desse representante tinha como alvo justamente os demais líderes espirituais, ou de certa forma, suas posições de poder que eram sustentadas pela fé vigente.

A argumentação continua apontando que esse indivíduo, que aglutinou em si uma insatisfação coletiva, mesmo que não tivesse ciência que a representaria no futuro, apenas tomou uma ação que rompeu com a institucionalização da exploração dos sacerdotes sobre o próprio povo, e por decorrência desse conflito, foi solicitado por parte desta casta que o Império Romano resolvesse a revolta. É com a encarnação da violência sob mais um que não teria agido contra as normas legais, que sustentavam aquele cenário de opressão, e por isso, feita como tantas em outras vezes de forma “injusta” que o espírito do teólogo mais uma vez precisa entrar em cena, para justificar, e validar, a ação de domínio de mais um Império sobre o povo hebreu.

— O destino do evangelho foi decidido com a morte — foi pendurado na "cruz"... Somente a morte, essa morte inesperada, ignóbil, somente a cruz, geralmente reservada para a *canaille* [canalha] — somente esse horrível paradoxo pôs os discípulos ante o verdadeiro enigma: "quem foi esse? o que foi isso?" — O sentimento abalado e profundamente ofendido, a suspeita de que tal morte poderia ser a refutação de sua causa, a terrível interrogação "por que justamente assim?" — é um estado que se compreende muito bem. Tudo aí tinha de ser necessário, ter sentido, razão, suprema razão; o amor de um discípulo não conhece acaso. Apenas então o abismo se abriu: "quem o matou? quem era seu inimigo natural?" — essa questão irrompeu como um raio. Resposta: o judaísmo dominante, sua classe mais alta. (NIETZSCHE, 2007, p. 45).

Após essa constatação, Friedrich Nietzsche irá argumentar contra esse sentimento, apontando como resultado da fraqueza dos ressentidos, de que em nada teriam compreendido os ensinamentos de Jesus, que assemelham-se a um sábio do oriente, em seus preceitos, o aproximando de uma prática de vida budista, mas que ao terem seu mestre morto pelo Império Romano, se realmente seguissem ou compreendessem de fato o cristianismo pregado por Jesus, teriam prontamente se rendido às forças imperiais, as quais Nietzsche irá defender ferozmente na metade da obra, e culpabilizar a popularidade do cristianismo como a condenação do espírito científico, que em sua visão pertence a

olhares mais nobres, e que nos chama a atenção pela contrariedade que a análise nietzschiana nos apresenta, tal como a investigaremos no terceiro capítulo. O que nos preocupa agora é como o grupo que via em Jesus uma representação de sua luta pela emancipação responde às perguntas levantadas por Nietzsche, após a violenta morte de seu líder nas mãos dos seus dominadores, e como essa construção sedimentou, com certa imitação ao seu líder, uma perpétua aceitação do domínio sacerdotal e as demais autoridades que cumprissem respeito a essa casta controladora da vontade de insurreição.

### 3 A REDUÇÃO DAS AÇÕES HUMANAS A UM SIGNO INDIVIDUAL

No cenário em que o líder da movimentação sediciosa já está morto e mesmo assim os revoltosos encontraram alguma forma de se manterem organizados, dentro do que uma sociedade apolítica e dominada conseguiria se manter, com todo tipo de teoria e conspirações contra a dominação que já se estendia por um longo período, essa cultura que por milênios dividia seus cárceres não apenas nas mãos dos Impérios que os dominava, mas também dos proprietários de suas significações simbólicas, surge novamente um dentre eles que irá aglutinar de uma vez por todas, a maior tradição interpretativa sobre a morte desse líder sectário, orientando sua crítica aos sacerdotes como um mero apontamento de erro interpretativo da lei, reconstruindo momentos históricos de servidão, não apenas em meros períodos de educação divina em relação ao seu povo, como os sacerdotes anteriores sustentavam a sua existência como “necessária” nessa sociedade, mas irá reelaborar todo o passado em uma profecia sobre essa morte, fazendo então que o espírito sacerdotal definitivamente abandonasse totalmente sua relação com o passado histórico, tudo não passaria de uma jornada espiritual, não apenas do povo hebreu, mas agora de toda a humanidade. Como isso seria possível? Aqui está a construção mais metafísica possível, postular essa morte como um sacerdote a veria, um sacrifício, agora eterno.

— A partir de então houve um problema absurdo: “como podia Deus permitir isso?”. A perturbada razão da pequena comunidade deu-lhe uma resposta assustadoramente absurda: Deus deu seu filho em sacrifício para o perdão dos pecados. De uma só vez acabou-se o evangelho! O sacrifício expiatório, e em sua forma mais bárbara e repugnante, o sacrifício do inocente pelos pecados dos culpados! Que pavoroso paganismo! — Jesus havia abolido o próprio conceito de “culpa” — ele negou todo abismo entre Deus e homem, ele viveu essa unidade de Deus e homem como sua “boa nova”... E não como prerrogativa! — A partir de então entra no tipo do Redentor, passo a passo, a doutrina do julgamento e do retorno, a doutrina da morte como uma morte sacrificial, a doutrina da ressurreição, com a qual é escamoteado o conceito de “beatitude”, a única realidade do evangelho — em prol de um estado posterior à morte!... Com a insolência rabínica que sempre o caracteriza, Paulo racionalizou esta concepção, esta obscenidade de concepção, da seguinte forma: “se Cristo não ressuscitou de entre os mortos, é vã a nossa fé” [1Coríntios, 15, 14]. — E de uma só vez o evangelho se tornou a mais desprezível das promessas não realizáveis, a desavergonhada doutrina da imortalidade pessoal... O próprio Paulo ainda a ensinava como recompensa!... (NIETZSCHE, 2007, p. 47).

Nietzsche então torna-se um tipo de advogado da filosofia de Jesus comparando-a ao budismo, de certa maneira, à compassividade da vida e da escolha de se entregar na violência que infligiram a ele, sem que ele resistisse, partiria de uma profunda liberdade para consigo mesmo. Aqui, o autor irá reforçar a individualidade abandonando totalmente a importância do movimento político que o alçou ao centro do conflito entre o povo judeu e o Império Romano, postura essa que para nós demonstra a falha na exegese nietzschiana ao abandonar o percurso argumentativo que vinha construindo, desconsiderando o processo histórico que alçou Jesus como representante da sedição. Não caberia então que o povo correspondesse aos ensinamentos de Jesus e se entregasse de forma pacífica aos dominadores, isso se dará pela construção sacrificial construída por Paulo posteriormente, seria justamente o inverso, que o líder levantado pelos revoltosos cumprisse a vontade coletiva de revolta.

— Em Paulo se incorpora o tipo contrário ao “portador da boa nova”, o gênio em matéria de ódio, na visão do ódio, na implacável lógica do ódio. O que não sacrificou ao ódio esse “disangelista”! Antes de tudo o Redentor: ele o pregou à sua cruz. A vida, o exemplo, a doutrina, a morte, o sentido e o direito de todo o evangelho — nada mais restou, quando esse falsário inspirado pelo ódio percebeu o que apenas ele podia necessitar. Não a realidade, não a verdade histórica!... E mais uma vez o instinto sacerdotal do judeu perpetrou o mesmo enorme crime contra a história — simplesmente riscou o ontem, o anteontem do cristianismo, inventando para si uma história do cristianismo inicial. Mais ainda: falseou a história de Israel mais uma vez, para que ela aparecesse como pré-história do seu ato: todos os profetas falaram do seu “Redentor”... Depois a Igreja falseou até a história da humanidade, tornando-a pré-história do cristianismo... O tipo do Redentor, a doutrina, a prática, a morte, o sentido da morte, até mesmo o após a morte — nada permaneceu intacto, nada permaneceu próximo da realidade. Paulo simplesmente deslocou o centro de gravidade de toda aquela existência para trás dessa existência — na mentira do Jesus “ressuscitado”. No fundo, ele não tinha necessidade da vida do Redentor — precisava da morte na cruz e alguma coisa mais... Ver como honesto um Paulo que tinha seu lar no principal centro do iluminismo estóico, quando ele faz de uma alucinação a prova de que o Redentor ainda vive, ou mesmo dar crédito ao relato de que teve essa alucinação, seria uma autêntica niaiserie [tolice] por parte de um psicólogo: Paulo quis os fins, portanto quis também os meios... O que ele mesmo não acreditava, acreditavam os idiotas aos quais lançou a sua doutrina. — Sua necessidade era o poder; com Paulo o sacerdote quis novamente chegar ao poder — ele tinha utilidade apenas para conceitos, doutrinas, símbolos com que são tiranizadas as massas, são formados os rebanhos. Qual a única coisa que Maomé tomaria depois ao cristianismo? A invenção de Paulo, seu meio para a tirania sacerdotal, para a formação de rebanho: a fé na imortalidade — ou seja, a doutrina do “Juízo”... (NIETZSCHE, 2007, p. 48 - 49).

Nietzsche encontra em Paulo o que ele não encontrou em Platão. Em sua argumentação, Nietzsche separa a figura proprietária do discurso nos sacerdotes, e por sua vez, em Paulo, não percebendo que isso também seria necessário a uma leitura dos *Diálogos*, distanciando e dando para cada personagem sua substância histórica e filosófica, como o método imanentista propõe. Friedrich Nietzsche percebe que há uma elucubração muito além do que já se podia compreender de forma dedutiva e histórica nas relações de poder que constituem o conflito de poder, mas toma a decisão também de negar posteriormente qual foi a vontade de poder que alçou Jesus como representante da sedição, apagando a importância da vontade de revolta que surge das camadas mais baixas, Nietzsche acaba justificando o martírio dos cristãos apenas como um dever a ser cumprido, caso tivessem entendido, de certa forma, o budismo presente em Jesus, como um sábio do Oriente. Em nada disso haveria uma ação sacrificial única para a remissão dos pecados, ideia que ele aponta ter sido organizada por Paulo. Mas, ao tomar a decisão de reforçar uma ação individual de martírio, Nietzsche despreza a contexto histórica que ele mesmo trouxe em seu texto. Isso tem como consequência uma reaproximação de Jesus a Paulo; talvez, pela falta da metodologia imanentista, a devida separação dos personagens não tenha se fundamentado tão bem, como na visão crítica feita por Benoit. A orientação de Nietzsche, validando o martírio como imitação dos judeus com seu Cristo, despreza a principal distinção entre os budistas e os cristãos, como o próprio texto de Nietzsche nos aponta: os cristãos, de fato, são os que necessitam de uma mudança no jogo de poder. A crítica nietzschiana perde então seu potencial, ao apontar a individualidade como fim, colocando mais importância no que o líder dizia, ou em que talvez seu discurso orientava como práticas pacíficas, diluindo a coletividade que evocou Jesus a um destaque, mesmo apontando a dificuldade de sabermos se ele tenha tido ciência do que movia sua eleição a Redentor.

Uma questão inteiramente outra é se ele tinha ou não consciência dessa oposição — se foi apenas percebido como representando essa oposição. E apenas nesse ponto eu toco no problema da psicologia do Redentor. — Confesso que leio poucos livros com tantas dificuldades como leio os evangelhos. Essas dificuldades são distintas daquelas cuja demonstração permitiu à douda curiosidade do espírito alemão celebrar um dos seus inesquecíveis triunfos. Está longe o tempo em que, como todo jovem erudito, saboreei, com a sapiente lentidão de um refinado filólogo, a obra do incomparável Strauss. Tinha então vinte anos de idade: agora sou sério demais para isso. Que me importam as contradições na “tradição”? Como podem lendas de santos ser denominadas “tradição”? As histórias de santos são a literatura mais equívoca existente: aplicar-lhes o método científico, na ausência de quaisquer outros documentos, parece-me de antemão condenado ao fracasso — mero ócio erudito... (NIETZSCHE, 2007, p. 34).

Ao longo de nossa pesquisa, percebemos que Nietzsche perpassa sua argumentação por diferentes momentos em que o povo hebreu se desenvolveu na busca de perpetuar ou atingir sua vontade de poder, essa vontade de poder do povo sendo representada pelas construções de suas narrativas divinas para possibilitar uma busca pelo poder não obtido, busca que possibilitaria perceber a evidente distinção da vontade de insurreição do povo hebreu em relação ao personagem Jesus, e mais importante, a distinta orientação dos discursos de Jesus às posteriores interpretações proliferadas por Paulo, mas que esse mesmo olhar investigativo não é percebido em suas citações à Platão.

— é quase a definição do sábio no Oriente: assim o entendem os brâmanes, assim o entende Platão, e também todo estudante da sabedoria esotérica. (NIETZSCHE, 2007, p. 27).

A “mentira sagrada” — comum a Confúcio, ao código de Manu, a Maomé, à Igreja cristã: não está ausente em Platão. “A verdade em si”: isto significa, onde quer que seja ouvido: o sacerdote mente... (NIETZSCHE, 2007, p. 67).

A observação sobre a redução das ações coletivas a um signo individual também pode ser feita como crítica às conclusões de Friedrich Nietzsche, que mesmo após fazer um percurso histórico em sua formulação argumentativa e revelando como a construção exegética dos sacerdotes serviu, posteriormente, como um meio parasitário do povo ao qual pertenciam, construção essa que se manteve ao longo do tempo, orientada por uma análise que se dizia portadora de um desvelamento divino, interessada na ocultação dos momentos históricos por detrás de uma vontade divina, sustentada pela figura de Paulo como o grande representante do espírito do Teólogo. Tal narrativa não é de toda forma rejeitada por Nietzsche, pois mesmo após demonstrar esse percurso, insiste em apontar o caminho da individualidade como solução para essa dinâmica necessariamente coletiva como seu próprio argumento histórico aponta, de certa forma. Nietzsche acaba repetindo o possível equívoco que Benoit nos apontou estar na construção interpretativa dos *Diálogos*, na qual diversas figuras representadas nos *Diálogos* são reduzidas a uma única visão filosófica atribuída a Platão.

Através dos momentos marcantes, dos julgamentos dos dois personagens, Sócrates e Jesus, ambas as culturas são sustentadas narrativamente. Há um ponto de inflexão atenuado, no qual a força e o poder do domínio são exercidos por meio do martírio de seus párias. Aqueles que não se conformam à ordem precisam ser eliminados. No entanto, é precisamente a evidência desse poder de dominação que, posteriormente, necessita recorrer ao seu ato e à sua resignificação para garantir a permanência. É necessário reescrever simbolicamente os fatos que demonstram o poder de anulação dos que simbolicamente representam alguma ameaça ao poder, como Nietzsche demonstra em sua

acusação aos sacerdotes e que ainda estaria representada na tradição filosófica alemã, fazendo-se acreditar que isso ocorreu apenas no passado, ou haveria uma progressão orientada por vezes a deus, mas como posteriormente, a razão, como orientador da história, apagando assim, a materialidade das disputas de poder.

Aqueles que realmente representam os que não possuem um lugar no poder e que, na verdade, constituem um perigo para ele, estão no centro do mito e nas fundações das leis de justiça idealizadas por aqueles que instrumentalizam o domínio. O centro do poder, portanto, não se relaciona com aqueles que são mortos por ele, mas opera um retorno, uma alteração, para colocar o fraco como modelo a ser seguido, de modo que os que detêm o poder permaneçam nele. Eles não possuem nenhuma força além dessa; sempre foram poucos, mas dominam os muitos por meio desse artifício ilusório, adquirido pela representação de salvadores individuais, os quais acabam por ser “capitalizados” por aqueles. Aqui, precisamente, reside a força dos poucos: dividir os muitos em várias individualidades únicas, todas ligadas a um ideal. Dessa imagem, surge a necessidade do rei, do rei filósofo ou do rei dos Reis. É importante que seja um único indivíduo, alguém genial, ou mesmo um “iluminado”, a representação daquele que está iludido por sua autossuficiência e acredita que sua realidade é construída a partir dessa individualidade. Essa individualidade é reforçada por Friedrich Nietzsche, o que, em certa medida, vai contra a sua própria elaboração, como pudemos observar ao longo desta pesquisa.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início de nossa pesquisa fundamentou-se na importância da descoberta feita por Hector Benoit, em sua obra *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. Após o desenvolvimento e a aplicação do método imanentista, ele revelou outro Platão ao observar os *Diálogos* diretamente, respeitando a elaboração da obra em suas partes e em sua totalidade. Esse exercício, no entanto, não foi literal e completamente realizado neste trabalho ao analisarmos a autoria de Paulo em relação aos textos que fundamentam o cristianismo<sup>6</sup>. Ao respeitarmos a metodologia imanentista, reconhecemos a necessidade de um olhar mais amplo, evitando desmembrar o objeto e desfigurá-lo em algo distinto. Nessa direção, os *Diálogos* nos apresentariam dezenas de personagens, locais e eventos históricos, reais e coletivos, que não se confundiriam com o pensamento individual do autor que os retrata. Nem mesmo o protagonista de várias das cenas, Sócrates, poderia ser identificado com esse autor, Platão. Poderíamos, assim, pensar que Platão estivesse justamente retratando o espírito (coletivo) de seu tempo e não apenas construindo uma doutrina individual. Segundo Benoit, não há nos *Diálogos* um proprietário de um discurso.

Contudo, apesar de nossas limitações na aplicação metodológica imanentista, foi possível avançar a uma análise crítica das deduções que Friedrich Nietzsche alcança ao traçar sua argumentação histórica sobre os conflitos de poder revelados na produção narrativa do povo hebreu, em sua obra *O Anticristo*. No decorrer de nossa pesquisa, pudemos acompanhar a construção histórica das relações de subjugação e poder que ocorreram tanto externamente quanto internamente na jornada mítica criada pelos sacerdotes. Nietzsche aponta que essa forma de poder não se limita apenas aos sacerdotes do povo hebreu, mas se expande na construção moral do mundo, incluindo o contexto alemão de sua época (e mesmo anterior a ele). Nesse sentido, inclusive, compara os idealistas alemães aos próprios sacerdotes. Não nos escaparam as lacunas que essa argumentação histórica apresenta, especialmente quando o autor insiste em abdicar dos processos históricos e coletivos que constituem a materialidade de sua análise, ao sugerir uma solução que ignora todo o contexto de poder e política que circunda os indivíduos, direcionando-se para uma abordagem ainda mais centrada na individualidade.

Nietzsche critica o cristianismo na figura individual de Paulo. Trata desse sacerdote como o porta-voz exclusivo da doutrina cristã. No entanto, parece não se importar, no que para ele seria uma espécie de esforço erudito em vão, com as demais vozes retratadas nos demais evangelhos – vozes que poderiam apontar, inclusive, para um movimento coletivo que se generalizou entre os hebreus. Deste modo, não nos parece mero acaso, assim como Benoit nos aponta, que Nietzsche repita o mesmo expediente ao tratar dos *Diálogos* de Platão, isto é, atribuindo os discursos e as doutrinas de Sócrates, muitas das quais idealistas e metafísicas, ao próprio Platão. O resultado desta crítica nietzschiana nos levaria a conclusão de que todos os personagens, locais e eventos coletivos gregos e hebreus poderiam ser resumidos às figuras do filósofo Platão e do sacerdote Paulo, sendo este último particularmente analisado em nosso trabalho.

Por fim, a partir da perspectiva metodológica por nós assumida, parece-nos equivocada a percepção tradicional de se assimilar os argumentos e ações dos povos diretamente a um pensamento ou doutrina de apenas um só porta-voz. Isso não seria surpreendente em um autor que busca afirmar a individualidade como solução política, como é o caso de Nietzsche, que, apesar da sagaz crítica ao

---

<sup>6</sup> Nesse sentido, nosso trabalho deveria concentrar esforços na leitura e interpretação dos diversos evangelhos dos diversos apóstolos, algo que, certa e infelizmente, excederia os limites de tempo de que possuíamos.

discurso tradicional do cristianismo como elemento de manutenção de poder, não encontra a solução dessa ruptura no próprio movimento coletivo hebreu que ensejou o cristianismo; no entanto, como apontamos, parece-nos haver uma contradição na argumentação que relaciona os problemas de poder e a resposta a eles como frutos de uma insatisfação coletiva e histórica simbolizada em um só indivíduo relacionando-o com o espírito dos sacerdotes, dentre os quais, o representante “supremo” seria Paulo.

## REFERÊNCIAS

BENOIT, Hector. **A Odisseia de Platão: as aventuras e desventuras da dialética**. São Paulo: Annablume, 2017.

\_\_\_\_\_. **Platão e as temporalidades: a questão metodológica**. São Paulo: Annablume, 2015.

CARSON, D. **A Introdução ao Novo Testamento** / D.A.Carson, Douglas J. Moo e Leon Morris; Trad. Márcio Loureiro Redondo |. São Paulo: Vida Nova, 1997

NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Schwarcz, 2007.

SAFRANSKI, Rüdiger. **Nietzsche: biografia de uma tragédia**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

VEIGA, Edison. **O santo que fez do cristianismo uma religião**. British Broadcasting Corporation, São Paulo, 24 janeiro 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/curiosidades-60092558>. Acesso em: 06 jun. 2024.

WUNENBURGUER, Jean-Jacques. **O imaginário**. São Paulo: Loyola, 2007.